



Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
Sub-eixo: Direitos Humanos, formação e exercício profissional.

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE CIDADANIA NO PRAEI, NO IFPI, CAMPUS FLORIANO

JAKELINNE LOPES DE SOUSA MIRANDA¹
PATRICIA TELES DE ALENCAR SOUSA²
ERIKA APARECIDA DE ARAÚJO BORGES³
LANA CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO⁴

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar experiência de oficina socioeducativa realizada pelo Serviço Social com os alunos dos cursos técnicos de edificações e eletromecânica integrados ao médio no Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI) no Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Floriano. A oficina “Cidadania Também Se Aprende Na Escola” teve por objetivo geral contribuir na formação de valores sociais que desenvolvam o senso crítico dos discentes numa perspectiva de inclusão social, de formação cidadã e emancipação dos sujeitos sociais. A atividade apresentou resultados positivos na contribuição reflexiva dos discentes quanto sua postura cidadã na escola.

Palavra-chave: Cidadania; Educação; Serviço Social; PRAEI.

Abstract: The objective of this work is to present the experience of a social and educational workshop carried out by the Social Service with the students of the technical courses of buildings and electromechanics integrated to the middle in the Program of Reception to the Incoming Student (PRAEI) at the Federal Institute of Piauí (IFPI), Campus Floriano. The purpose of the workshop "Citizenship Is Also Learned in School" was to contribute to the formation of social values that develop the critical sense of the students in a perspective of social inclusion, citizen training and emancipation of social subjects. The activity presented positive results in the reflective contribution of the students regarding their citizen attitude in the school.

Keywords: Citizenship; Education; Social Service; PRAEI.

1 INTRODUÇÃO

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal do Piauí. Email: <jakelinne@ifpi.edu.br>

² Profissional de Serviço Social. Instituto Federal do Piauí.

³ Estudante de Graduação. Faculdade de Floriano.

⁴ Estudante de Graduação. Faculdade de Floriano.

O recente processo de redemocratização brasileira, sobretudo a partir da Constituição de 1988, que em seu Art. 5º afirma que todos são iguais perante a lei garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e, outros, implicou a afirmação da cidadania, bem como, a expansão do reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais.

O termo cidadania vem sendo discutido há anos na Humanidade e apesar de ter passado por mudanças e transformações ao longo da história, só veio ganhar mais visibilidade após a Segunda Guerra Mundial com a instituição em 1948 da Declaração dos Direitos Humanos em aparato a um dos maiores desastres de desumanidade já vista no mundo, liderado pelo Nazismo, Fascismo, e os demais países que corroboraram para essa atrocidade de violação dos direitos humanos.

Discutir aspectos relacionados à cidadania no ambiente escolar é desafiador, diante de um contexto mundial cada vez mais individualizado, violento e competitivo, no qual exige-se a revitalização da maior participação cidadã na vida social e política, num contexto de abertura não somente de interesse individual como também coletivo numa construção de uma sociedade justa e igualitária.

Com efeito, destacamos a relevância do papel social da escola na formação cidadã dos/as alunos (as), corroborando no fomento de sujeitos críticos e participativos no âmbito escolar e social, em consonância ao Art. 2º da Lei nº 9.394/1996 que afirma que a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Destarte, embora esta problemática envolva todo o corpo multiprofissional e de gestão da escola na contribuição da formação cidadã do discente, interessa aqui sublinhar o papel do/a assistente social em sua dimensão prático-interventiva e educativa que expressa o compromisso do projeto ético-político da profissão com a defesa dos princípios e valores como a

liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, os direitos humanos, direitos sociais, cidadania, equidade, justiça social, dentre outros.

Mediante o exposto, o presente relato tem por objetivo principal relatar a experiência de intervenção socioeducativa realizada pelas profissionais e estagiárias de Serviço Social com os alunos ingressantes do período letivo 2018.1 dos Cursos Técnicos de Edificações e Eletromecânica Integrados ao Médio do Instituto Federal do Piauí/Campus Floriano.

Como metodologia, foram utilizadas oficinas socioeducativas sobre o tema “Cidadania Também se Aprende na Escola” com 28 alunos do curso técnico de edificações e 32 alunos do curso técnico de eletromecânica, na faixa etária de 13 a 15 anos, realizadas em sala de aula durante a semana do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI).

2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: notas introdutórias

A presença do/a assistente social na área da Educação remonta aos anos 30, desde a gênese da profissão no país. É nesse período, quando se evidencia a questão social como questão política, momento em que os trabalhadores reivindicam por melhores condições de vida, direitos trabalhistas, à educação pública, que o “Estado reconheceu e institucionalizou algumas demandas sociais da classe trabalhadora, enfrentando a questão social a partir de suas expressões por meio de políticas sociais de educação, saúde, etc.” (BARBOSA, 2015, p. 79).

No âmbito desse processo de institucionalização da demanda social da educação pelo Estado tem-se entre os problemas sociais apresentados nesse período, o analfabetismo, a evasão escolar, a repetência, além dos problemas relacionados às condições de vida dos alunos, o que irá exigir respostas para seu enfrentamento (BARBOSA, 2015).

É nesse contexto que se configura as demandas sociais da atuação do Serviço Social na educação nas primeiras décadas. No que diz respeito às demandas institucionais apresentadas aos/às assistentes sociais no campo educacional, sinaliza o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que:

[...] nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular (2013, p.16).

Deste modo, conforme citação acima se observa que a inserção do Serviço Social na Educação não é algo recente, ao contrário, por excelência o meio educacional sempre representou, ao longo do processo histórico brasileiro, *locus* da atuação de assistentes sociais. Nesse sentido, Barbosa (2015) assevera que no contexto da década de 1940 a 1980, a educação se conformou em espaço de trabalho e intervenção dos profissionais do Serviço Social, uma resposta às demandas presentes no âmbito educacional.

Adensando a referida discussão, é a partir da década de 90, em consonância com o amadurecimento do projeto ético, político e profissional, que se visualiza no país um considerável aumento do Serviço Social na área da educação. Dentre as referências desse contexto histórico tem-se o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995 (CFESS, 2011).

Diante desse cenário de profícua atuação de assistentes sociais no espaço sócio ocupacional da educação é relevante para a compreensão do exercício profissional uma leitura crítica de que o ambiente escolar (público ou privado) sendo uma instituição social não está isenta das contradições que ocorrem no contexto familiar e social. A esse respeito, sinaliza Schneider e Hernandorena, que:

A escola é um microscópio da sociedade mais ampla. Em seu ambiente vê-se refletida as mais amplas formas de expressão da questão social, vivenciada pelos estudantes e sua família em suas diferentes relações sociais: trabalho familiar, amizades, lazer e

acesso a determinados bens e serviços, saúde, educação, previdência social (2012, p. 72).

Destarte, é nessa ótica de manifestações da questão social eminente nas relações sociais em curso presentes no ambiente escolar, que se evidencia algumas atividades técnicas do Serviço Social na educação, conforme menciona o CFESS, a citar:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimentos de suas necessidades; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar a assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente e elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei (2001, p. 13).

Diante do exposto, sublinhamos que segundo Almeida (2007) a presença das expressões da questão social nesse espaço, não constitui, por si só, uma justificativa para a inserção de assistentes sociais nessa área. A referida inserção deve expressar uma das estratégias de enfrentamento dessa realidade, uma vez que representa uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo na orbe da política educacional, em unidades educacionais, em gerências ou em articulação com outras políticas setoriais. Do contrário, consistiria a afirmar que tais problemas seriam exclusivos da atuação de um determinado profissional, quando de fato seu efetivo enfrentamento exige na atualidade, não apenas o/a assistente social, mas um conjunto de profissionais especializados que contribua para a sua superação.

No bojo dessa discursão, pensar as particularidades da inserção de assistentes sociais na educação é precipuamente compreender a relevância da função social que a educação assume na dinâmica da reprodução social, bem como, o quanto é marcada pelas “contradições, pelos projetos e pelas lutas

societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação” (CFESS, 2013, p. 16). Vale destacar, como aponta o CFESS, que a política de educação resulta de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, em resposta ao acirramento da questão social. Assim sendo:

Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, **em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais**. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (2013, p. 19, grifo nosso).

Frente a esse contexto social cada vez mais complexo, o/a assistente social na política de educação tem um papel fundamental de corroborar em favor da equidade e da justiça social, objetivando assegurar a universalidade de acesso e permanência no ensino a toda população interessada, em especial, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social; buscando sempre, em conformidade aos princípios do projeto ético e político da profissão, ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Nesta direção, em resumo, o/a assistente social nesse espaço-ocupacional tem por finalidade garantir o direito à educação já preconizada na CF 88, na LDB 1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1993, no Estatuto da Juventude de 2013, identificando e intervindo nos impactos das expressões da questão social presentes nesse campo de atuação.

Diante das notas introdutórias da inserção do Serviço Social na Educação apresentadas até o momento, abordar-se-á relato de experiência sobre cidadania no Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante, no IFPI/Campus Floriano.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE CIDADANIA NO PRAEI, NO IFPI, CAMPUS FLORIANO

Considerando o espaço exíguo para o presente relato de experiência, limitar-se-á, inicialmente, a uma breve caracterização acerca do IFPI mais especificamente do Campus Floriano e, PRAEI. Posteriormente, seguirá para a exposição dos resultados da oficina socioeducativa intitulada “Cidadania Também Se Aprende na Escola” realizada pelas assistentes sociais e estagiárias de serviço social com os alunos ingressantes dos cursos técnicos de edificações e eletromecânica integrados ao médio do período letivo 2018.1.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, doravante denominado Instituto Federal do Piauí (IFPI), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 é “uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino” (IFPI, 2014a, p.14). Atualmente o IFPI conta com 20 *campi*, sendo o campus de Floriano, o segundo oficialmente inaugurado em 16 de agosto de 1994.

O IFPI/Campus Floriano, situado no município de Floriano, na região sul do Estado do Piauí, a 240 km da capital Teresina, segundo dados do setor de controle acadêmico da própria instituição, em 2018, esta possui 1108 alunos regularmente matriculados, distribuídos nas seguintes modalidades: curso técnico integrado ao ensino médio (513 alunos), curso técnico concomitante/subsequente (206 alunos) e superior (389 alunos).

No que diz respeito ao perfil do alunado do IFPI, considerando a perspectiva pluricurricular e multicampi, a referida instituição educacional recebe alunos com um perfil bastante diversificado, “das mais variadas e longínquas regiões, oriundos das cidades, do campo, inclusive pertencentes às comunidades indígenas e quilombolas, e das diversas classes sociais e faixas etárias” (IFPI, 2014b, p.7). Esse fato impõe infindos desafios, dentre os quais

se destacam a capacidade da instituição educacional em assegurar estratégias que possam contribuir para o êxito e a permanência dos discentes em seu interior, garantindo assim, o sucesso da política de democratização da escola pública, promover uma educação com orientação humanística para o exercício pleno da cidadania e respeito à diversidade.

Nesse sentido, no intuito de contribuir para o êxito e a permanência dos alunos foi instituído através da Resolução Nº 51/2013 do Conselho Superior do IFPI o Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI) que objetiva, principalmente, aperfeiçoar o desempenho acadêmico de alunos ingressantes no primeiro ano no Ensino Técnico Integrado ao Médio, através de uma carga horária destinada às aulas de monitoria de conteúdos fundamentais da Educação Básica nas disciplinas de Matemática, Física, Química e Língua Portuguesa.

Destaca-se, que as ações do PRAEI se embasam na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que entre outras orientações, traz no Título III, Capítulo III sobre Avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Art. 39, inciso III, que a avaliação será realizada entre outros objetivos com a finalidade de “promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional”.

Dessa forma, o PRAEI busca traçar estratégias de acolhimento ao aluno ingressante nas suas especificidades e, principalmente, nas suas dificuldades de aprendizagem, como forma de promover a inclusão social pela educação. Nessa perspectiva, tem como objetivos específicos, aprimorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem nos cursos ofertados; acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno ingressante ao longo do período letivo; desenvolver a capacidade de ser sujeito ativo da aprendizagem; minimizar os índices de evasão escolar e, ofertar revisão de conteúdos.

Convém salientar, que os alunos do primeiro ano do ensino técnico integrado ao médio ao ingressarem na instituição têm duas semanas de aulas anteriores ao período letivo regular, no qual são revisados assuntos do Ensino Fundamental II ministrados por alunos monitores, sob orientação docente. Outro ponto a destacar diz respeito que a redação do PRAEI prevê a participação de uma equipe multidisciplinar (assistente social, pedagogo e psicólogo), responsabilizando-a apenas pela sensibilização da comunidade escolar (docentes, técnicos, pais e ou responsáveis) sobre as ações a serem desenvolvidas, bem como, o acompanhamento dos alunos ingressantes através da análise dos relatórios avaliativos emitidos pelos monitores e docentes, sem esclarecer a efetiva participação dessa equipe no programa.

Nesse contexto, reiterando os objetivos do Programa e compreendendo o espaço de acolhimento como um momento mais amplo, o Serviço Social percebeu-se nessa acolhida uma oportunidade impar de atuação profissional no intuito de corroborar para a ambiência escolar dos alunos, uma vez que ao adentrarem a escola, se deparam com um novo contexto institucional, com mudanças de currículo, de corpo docente e discente, novas relações interpessoais, carecendo de auxílio no processo de adaptação.

Destarte, diante desse processo de adaptação dos alunos ingressantes com as inúmeras diferenças sociais, educacionais, culturais e institucionais presentes no IFPI/Campus Florianópolis, que no corrente ano o Serviço Social propôs trabalhar o tema “Cidadania Também Se Aprende na Escola”, confluindo discussões em torno de direitos, deveres, respeito, tolerância às diferenças, participação e, outros, buscando contribuir na formação de valores sociais que desenvolvam senso crítico dos alunos numa perspectiva de inclusão social, de formação cidadã e emancipação dos sujeitos sociais.

Desta maneira, as assistentes sociais e estagiárias coadunando com a teleologia do Serviço Social que define as ações profissionais em direção da cidadania, bem como, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio que embasam o PRAEI, e define no Artigo 5º da Resolução Nº 6 de 20/09/12, que

os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, **saberes e competências profissionais necessários** ao exercício profissional e **da cidadania**, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais (grifo nosso).

Assim sendo, prosseguiremos discorrendo sobre o relato das oficinas socioeducativas realizadas com os alunos ingressantes do ensino técnico de edificações e eletromecânica integrado ao médio. É procedente que se destaque que, as referidas oficinas foram realizadas por 2 (duas) assistentes sociais e 2 (duas) estagiárias de serviço social com todos os cursos técnicos integrado ao médio (meio ambiente, informática, edificações e eletromecânica). Entretanto, aqui vamos elencar apenas os resultados da oficina realizada com os alunos dos dois últimos cursos citados.

As atividades do PRAEI iniciam com uma reunião voltada para os alunos e pais ou responsáveis, no qual são apresentadas a missão, as normas disciplinares da escola, informações sobre a carga horária dos cursos, apresentação dos setores e equipe multidisciplinar do campus e, outros. Nesse referido momento, o Serviço Social já participa, apresentando sua atuação na escola, bem como, realizando uma fala sobre a importância da participação da família no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem do estudante.

Vale destacar, que na reunião os alunos recebem os horários das “monitorias” das duas semanas iniciais do programa, com os momentos de revisão dos conteúdos, assim como, as atividades extras dos setores da escola. Dentre a programação, estavam reservados dois horários de duração de 01h40min por turma para a realização da atividade socioeducativa com o Serviço Social.

Na oficina proposta pelo Setor de Serviço Social iniciou-se com uma dinâmica de apresentação dos nomes dos alunos e, durante a mesma respondiam ao seguinte questionamento: “Como você pode contribuir para a

nossa escola”? Nesse ato de apresentação foi pensado para que os alunos realizassem um momento de reflexão pessoal de suas atitudes enquanto sujeitos sociais e cidadãos que podem contribuir no interior da escola. Com essa perspectiva de despertar as competências dos discentes para o exercício da cidadania no âmbito escolar, consubstanciamos com o pensamento de Reis (2000, p. 114), sinaliza que

a cidadania é, (...), uma qualidade de todos os membros de uma sociedade, conferindo-lhes direitos e deveres de participação na vida pública. Daí resulta uma capacidade integradora traduzida, não apenas numa igualização de direitos formais, mas também num sentimento de pertença a uma comunidade de cidadãos.

Em seguida houve uma exposição de slides sobre a concepção de cidadania, o marco da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a trajetória dos direitos sociais no Brasil. É importante frisar que o objetivo da referida ação foi informar, questionar e sensibilizar os discentes sobre a importância da “Cidadania” no contexto social e escolar. Dentre os objetivos específicos, estão: discutir a relevância de ser cidadão crítico e participativo e, identificar e pontuar os elementos geradores das diferenças socioculturais, objetivando o combate ao preconceito, ao racismo e à intolerância étnico-racial e de gênero. Posteriormente, foram exibidas imagens de situações positivas e negativas do contexto social presente (exemplos, bairro sem saneamento básico, jovem ajudando pessoa idosa e outros) correlacionando com esquema de palavras como: liberdade, respeito, equidade, igualdade, cooperação, solidariedade, entre outros. Nesse aspecto, reitera Reis que os modelos de abordagem da educação para a cidadania, nos sistemas educativos das sociedades democráticas “revelam um claro avanço no processo de explicitação das intenções em domínios como a educação para os valores, o desenvolvimento do raciocínio moral e das atitudes democráticas” (2000, p.115).

Ademais, as profissionais convidaram um aluno da sala e uma servidora do IFPI para interpretarem uma cena do vídeo “Ninguém nasce racista”, em que o aluno iria proferir frases discriminatórias (exemplos: Eu não gosto da sua cor!, O seu cabelo é horrível!, Tu és negra, você não deveria estar

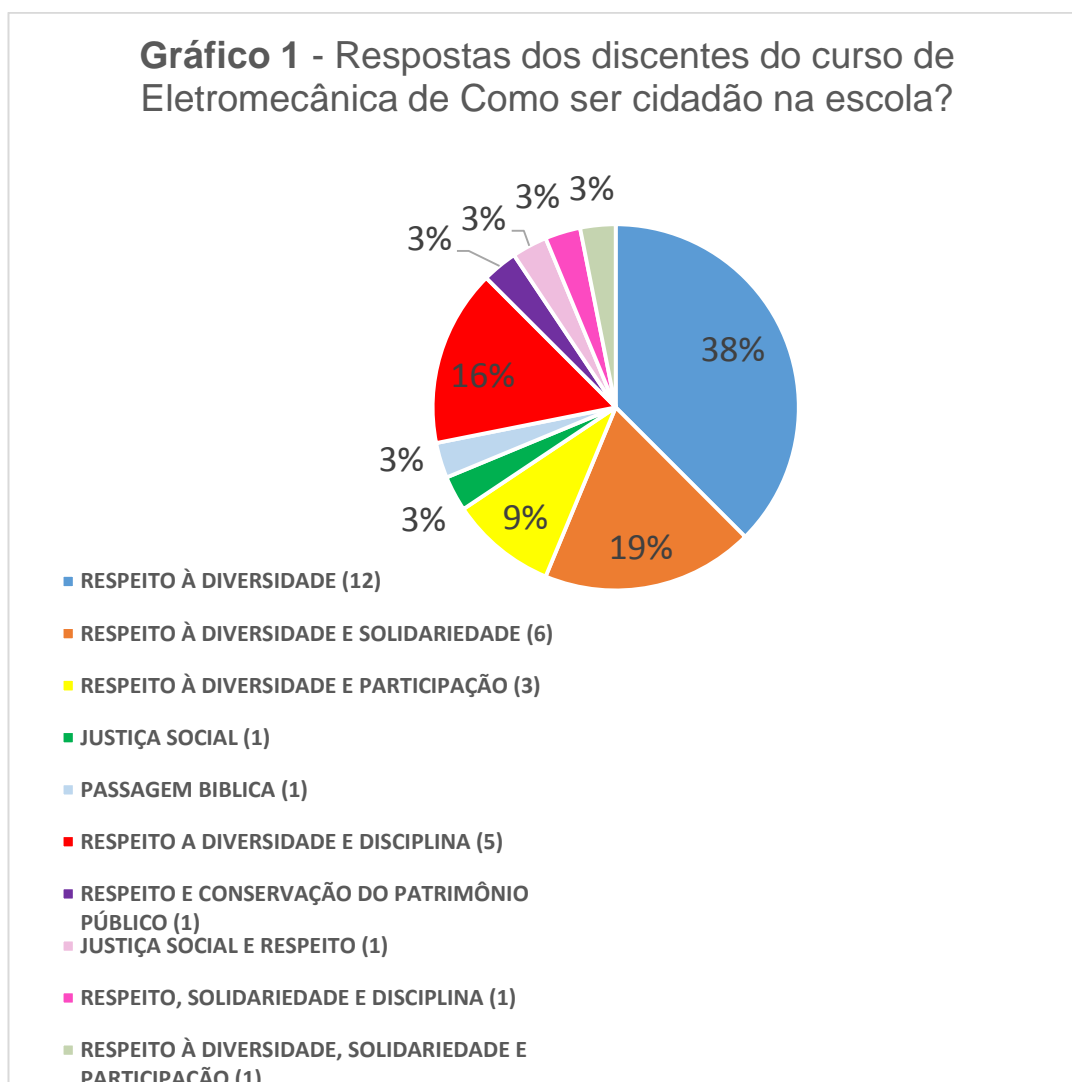
aqui!). Depois da encenação foi exibido o vídeo real do mesmo. Posteriormente, seguiu-se para um momento de reflexão da encenação, no qual foi enfatizado aos alunos que outros segmentos sociais como pessoas com deficiência, mulheres, idosos, pessoas de baixa renda e outros sofrem constantemente atitudes preconceituosas e discriminatórias por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica. Convém mencionar que os alunos que participaram da encenação expuseram que tais falas eram “difíceis de serem interpretadas, que era algo racista e discriminatório”, a servidora por sua vez já estava ciente do conteúdo da cena. Foi um momento de grande participação das turmas, sendo que alguns alunos elencaram momentos pessoais de discriminação e preconceitos sofridos nas escolas anteriores, no ambiente familiar e social.

Diante do relato apresentado até o momento, salientamos que o projeto ético político do/a assistente social é sincronizado com a função social da educação de corroborar na orientação humanística para o exercício pleno da cidadania, defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminação. Nesta direção, a presente oficina desenvolvida pelo Serviço Social atende ao que preconiza o Artigo 39 da Resolução Nº 6, de 2012, que sinaliza a avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem por finalidade de:

IV - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico-ambientais, **promoção de valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade** (grifo nosso).

Após os debates sobre o assunto em sala, foi proposto aos alunos a construção da “Árvore da Cidadania” como culminância de tudo o que havia sido discutido, bem como, para exporem suas respostas quanto à pergunta “Como ser cidadão na escola?”. Cada aluno recebeu um papel em formato de folha para responder a referida pergunta. Nos gráficos abaixo apresentamos as respostas elencadas pelos 28 alunos do curso de edificações e 32 alunos do

curso de eletromecânica. Destacamos que as respostas foram colocadas em categorias de proximidade para maior compreensão da exposição do resultado.



Fonte: Gráfico elaborado pelo Serviço Social (2018).

Pelos dados do gráfico acima, observamos que 85% (27) dos alunos do curso de Eletromecânica salientaram que ser cidadão na escola é respeitar à diversidade. Aqui enfatizamos que o respeito à diversidade diz respeito à questão racial, de gênero, orientação sexual e outros elencadas nas respostas dos alunos. Juntamente com a referida resposta, alguns discentes sinalizaram que ter uma atitude de cidadão no âmbito escolar é ser solidário, ser participativo na escola e ter disciplina às normas da instituição. Outros

pontuaram “justiça social, passagem bíblica e conservação do patrimônio público”.

O resultado das respostas elencadas pelos discentes conflui ao pensamento de Reis (2000, p.117) que afirma que “os valores da cidadania são aqueles que desencadeiam uma participação responsável, ou seja, orientada para a procura do bem comum e da justiça”.



Fonte: Gráfico elaborado pelo Serviço Social (2018).

De acordo com os dados do gráfico acima, destacamos que 93% (26) dos alunos do curso de Edificações sinalizaram que ser cidadão na escola é respeitar à diversidade. Com efeito, enfatizamos que juntamente com a categoria “respeito à diversidade”, alguns discentes pontuaram como resposta ao questionamento da oficina, “solidariedade, cultura da paz, participação e conservação do patrimônio público. E, outros elegeram justiça social e disciplina.

Podemos afirmar após análises dos dados dos gráficos, que existe uma sincronidade das respostas dos alunos dos cursos técnicos de edificações e eletromecânica integrados ao médio, no questionamento “Como ser cidadão na escola”. Os discentes foram enfáticos em afirmar que ser cidadão na escola é respeitar à diversidade, ser solidário ao outro, participar das decisões da escola e no contexto social, ter disciplina às regras escolares, conservar o patrimônio público da instituição e praticar de justiça social.

Ademais, a oficina “Cidadania Também Se Aprende na Escola” trouxe resultados positivos na contribuição do senso crítico e reflexivo dos discentes quanto sua postura cidadã no IFPI/Campus Floriano, bem como, na participação assídua dos mesmos nos momentos de discussões, trocas de experiências, depoimentos e apresentações das produções. Outro ponto observado foi a aproximação dos alunos com o Serviço Social e, o desejo para que as assistentes sociais e estagiárias retornassem com outras atividades socioeducativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o reconhecimento da escola como espaço privilegiado na construção de um cenário que movimenta-se na sua inteireza em busca do exercício pleno da cidadania, de formação de sujeitos críticos e transformadores e de promoção da inclusão social. Com a perspectiva de incluir aqueles que se encontram em processo de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de preconceitos e ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica, que cabe à instituição escolar proporcionar um trabalho educativo que incida na formação humana do alunado para a vida em sociedade.

Desse modo, urge um resgate à missão da escola de abordar o tema “Cidadania”, pois tal assunto é condição precípua do papel político e social da instituição na construção de uma sociedade calcada no respeito às diferenças,

na justiça social e equidade. Coadunando dos referidos princípios, que o Serviço Social do IFPI/Campus Floriano propôs oficinas socioeducativas intituladas “Cidadania Também Se Aprende Na Escola” com os alunos ingressantes do PRAEI, no intuito de contribuir na formação de valores sociais que desenvolvam o senso crítico dos discentes numa perspectiva de inclusão social, de formação cidadã e emancipação dos sujeitos sociais.

Da experiência realizada foi possível concluir que o PRAEI é um espaço ímpar para atuação e inserção do Serviço Social através de ações socioeducativas que promovam momentos de reflexão, formação e participação dos alunos em torno de debates das diferentes manifestações da questão social no âmbito escolar. Outro ponto observado da oficina foi o entendimento enfático dos discentes dos cursos técnicos de edificações e eletromecânica que ser cidadão no IFPI/Campus Floriano diz respeito a respeitar à diversidade em seus diferentes aspectos, ser solidário ao outro, ser participativo, conservar o patrimônio público e observar as normas disciplinares da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. L. T. O serviço social na educação: novas perspectivas sócio ocupacionais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Belo Horizonte, 2007. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc>. Acesso em 22 Ago. 2017.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BRASIL. **Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 22 Ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudos sobre o Serviço social na Educação. Brasília: DF, 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em 22 Ago. 2017.

_____. **Subsídios para o Debate Sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em 24 Ago. 2017.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2017

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019**. Teresina, 2014a.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 14, de 08 de abril de 2014**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina, 2014b.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 51/2013**. Institui o Programa de Atendimento ao Estudante Ingressante (PRAEI) nos Campi, do Instituto Federal, de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.

REIS, J. Cidadania na Escola: Desafio e Compromisso. Edições Colibri, 2000, p. 105-116. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/Cidadania/Cidadania%20-%20Cidadania%20Na%20Escola%20-%20Desafio%20e%20Compromisso.pdf .Acesso em 18 de maio de 2018.

SCHNEIDER, G.; HERNANDORENA, M. C. **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.